



# Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



**Volume XIV, n. 8, set. 2020**  
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

## **EIXO 8 - TECNOLOGIA, MÍDIAS E EDUCAÇÃO**

Editores responsáveis: **Veleida Anahi da Silva - Bernard Charlot**

DOI: <http://dx.doi.org/10.29380/2020.14.08.24>

Recebido em: **09/07/2020**

Aprovado em: **13/07/2020**

A CIDADANIA DIGITAL NA PERSPECTIVA DO BIOPODER: O USO DE REDE SOCIAL  
NO ENSINO SUPERIOR DIGITAL CITIZENSHIP FROM THE PERSPECTIVE OF  
BIOPOWER: THE USE OF SOCIAL NETWORKS IN HIGHER EDUCATION  
CIUDADANÍA DIGITAL DESDE LA PERSPECTIVA DE LA BIOPOTENCIA: EL USO DE  
REDES SOCIALES EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR

LUCIANA DE LIMA

<http://orcid.org/0000-0002-5838-8736>

ROBSON CARLOS LOUREIRO

## Resumo

O objetivo da pesquisa é analisar como o espaço digital criado em rede social pode ser utilizado por alunos e professores para o exercício da cidadania vinculada à organicidade dos sujeitos. A pesquisa qualitativa, Estudo de Caso, apresenta por unidade de análise 27 estudantes de cursos de Licenciatura e Bacharelado, 2 professores e 1 bolsista participantes da disciplina Tecnodocência ofertada no primeiro semestre de 2019. São investigados os elementos de cidadania digital expressos no grupo do *Facebook* vinculados ao contexto da disciplina, os mesmos elementos vinculados ao contexto social, os conceitos de cidadania digital vinculados ao referencial teórico utilizado. A análise de dados é pautada na triangulação metodológica por meio da leitura interpretativa dos discursos. Os resultados evidenciam difusão e compartilhamento de informações no grupo do *Facebook* em qualquer período da disciplina.

## ABSTRACT

The objective of the research is to analyze how the digital space created in a social network can be used by students and teachers to exercise citizenship linked to the subjects' organicity. The qualitative research, Case Study, presents per unit of analysis 27 undergraduate and bachelor's courses, 2 professors and 1 scholarship holder participating in the discipline Technoteaching offered in the first semester of 2019. The elements of digital citizenship expressed in the Facebook group are investigated linked to the context of the discipline, the same elements linked to the social context, the concepts of digital citizenship linked to the theoretical framework used. Data analysis is based on methodological triangulation through interpretative discourse reading. The results show the diffusion and sharing of information in the Facebook group in any period of the discipline.

## RESUMEN

El objetivo de la investigación es analizar cómo el espacio digital creado en una red social puede ser utilizado por estudiantes y profesores para el ejercicio de la ciudadanía vinculada a la organicidad de las asignaturas. La investigación cualitativa, Estudio de Caso, presenta por unidad de análisis 27 estudiantes de cursos de pregrado y licenciatura, 2 profesores y 1 becario que participan en la disciplina Tecnodocencia ofrecida en el primer semestre de 2019. Se investigan los elementos de ciudadanía digital expresados ??en el grupo de *Facebook* vinculados al contexto de la disciplina, los mismos elementos vinculados al contexto social, los conceptos de ciudadanía digital vinculados al marco teórico utilizado. El análisis de datos se basa en la triangulación metodológica a través de la lectura interpretativa del discurso. Los resultados muestran la difusión y el intercambio de información en el grupo de *Facebook* en cualquier período de la disciplina.

## Introdução

A Universidade Federal do Ceará (UFC) tem realizado um esforço de formação cultural para a inclusão das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) em suas ações de ensino, aprendizagem e avaliação. Este esforço tende a se imbricar na graduação, na pesquisa e na extensão. Contudo, ainda existe uma divisão demarcada sobre aquilo que é trabalhado por meio das TDICs e o que é realizado presencialmente, caracterizado organicamente.

As disciplinas presenciais da UFC fazem uso parco e restrito de espaços digitais para promover discussões, reflexões e oportunidades para que alunos e professores possam realizar ações vinculadas ao ensino, extrapolando-as para o exercício da cidadania. Os espaços digitais existentes são restringidos ao compartilhamento de informes, arquivos da própria disciplina, monitoramento e controle de ações burocráticas, tornando-os fechados para outras ações que remetem à participação dos sujeitos envolvidos de tal forma que possam exercer sua livre cidadania (TELES *et al.*, 2016).

Diante de uma tentativa de refletir a sociedade disciplinar orgânica na sua manifestação digital, mecanismos de controle e disciplinamento são importados para os sistemas, sendo que essas restrições, muitas vezes, não são explicitamente impostas; tornam-se veladas pela postura dos administradores, professores e dos alunos envolvidos nesses espaços mistos de manifestações orgânicas e digitais.

Contudo, as TDICs e as redes de comunicação são colocadas em foco. Smith (2002) disserta sobre o aumento do poder na sociedade civil em razão da:

revolução da informação que aumenta drasticamente a possibilidade de acesso à informação mais atualizada. Permite, assim, que as coligações globais possam vir a ser uma realidade. (...). Os cidadãos comuns (pelo menos aqueles que pertencem à parcela do mundo que está interligada por uma rede de infraestruturas de comunicação) estarão conscientes de tudo o que se passa no mundo, e terão uma maior capacidade para trabalhar com outros cidadãos que partilhem com eles as mesmas preocupações. (SMITH, 2002, p. 46-47).

Veiga (2002) expressa o problema emergente a partir da existência de espaços digitais interconectados pela grande rede, ao escrever:

Enquanto que, até um passado recente, o domínio da responsabilidade se limitava à esfera das relações de vizinhança e ao curto intervalo de uma geração, sabemos hoje que muitas das nossas intervenções se estendem à escala planetária e se prolongam muito para além da nossa geração. (...). O cidadão da sociedade atual é um cidadão que, ao lidar com a contemporaneidade, tem que estar um pouco para além de si próprio e do seu espaço nacional. Ser cidadão apenas porque se é português, francês, russo, americano, indiano, chinês, etíope ou de qualquer outra nacionalidade não tem/não pode ter mais o significado do meramente territorializado. (VEIGA, 2002, p. 440).

Dessa forma, o uso do espaço digital pode, potencialmente, auxiliar no compartilhamento de ações cidadãs, uma vez que amplia o escopo de comunicação, complementa o que é trabalhado e discutido em sala de aula. Possibilita extensão e assincronicidade nos tempos de diálogo, aproxima sujeitos de diversas culturas ou simplesmente garante a presencialidade nos diálogos de sujeitos

impossibilitados de presença orgânica.

Pensar a cidadania, hoje, implica na contemporaneidade do próprio conceito e, nesse sentido Schnapper (1998) sugere a cidadania como uma “utopia criadora”. Esse termo traduz a intenção utópica de que, ao considerar as diferenças, considerando-se concretamente que homens e mulheres são diferentes e desiguais como cidadãos e que a sociedade civil se traduz entre extremos de sujeitos, gerando influências desiguais em todas as dimensões da vida coletiva e individual, ainda assim, todos são cidadãos. Tal concepção sugere a abertura para a manifestação não concreta do sujeito, sua expressão digital.

Então, desconsiderar este “sujeito digital”, compreendido aqui como outra expressão da humanidade que não é orgânica, seria uma atitude retrógrada, em razão da incompreensão das possibilidades do humano. O sujeito que se manifesta digitalmente é o mesmo sujeito orgânico, ainda que diferente, com menos restrição a seu corpo, seus pensamentos e suas intenções. Nesse espaço, ele ou ela são aquilo que desejam ser e é com essa perspectiva que se tem de conviver.

Poster (2002), apresenta uma análise fundamental sobre este assunto:

as presentes circunstâncias apresentam um extraordinário exemplo de miscigenação transcultural e transnacional. Embora os seres humanos tenham desde há muito migrado por todo o planeta e empreendido deslocamentos e trocas entre pontos determinados, a densidade das transações atuais transmuta a quantidade em qualidade. Foi transposto um limiar, de modo talvez irreversível, no qual a espécie humana procede como nunca antes à difusão destas práticas no seu seio, por mais desigual e assimetricamente que isso possa acontecer. (...) as condições da globalização e dos media em rede apresentam um novo registro em que o humano e, juntamente com ele, o cidadão, é remodelado. (POSTER, 2002, p. 24).

Se por um lado, interações sociais, influenciadas pela tradição, criam a necessidade dos indivíduos se encontrarem face a face, sobretudo dos indivíduos que partilham interesses e *backgrounds* comuns, é de se esperar uma geração de obstáculos à possibilidade de construção de uma faceta da cidadania vinculada ao digital. De fato, uma cidadania que utiliza, entre outras ferramentas para o seu exercício, as digitais, traduz-se como um espaço real de construção do cidadão global. Portanto, ao contextualizar-se a cidadania na presente era, já se alude a usos e aplicações digitais e, por isso, a construção deste sujeito digital nos mesmos níveis do sujeito orgânico, com a potencialidade de que esta faceta do mesmo sujeito seja menos submetida a disciplinamentos e controles.

Considerando-se o contexto da UFC e as problemáticas frente ao uso das TDICs como espaço para o exercício da cidadania, pergunta-se: como alunos e professores da UFC fazem uso de espaços digitais criados em disciplinas da graduação sob o ponto de vista da prática cidadã?

A partir de 2015, a UFC inseriu a disciplina Tecnodocência como optativa para todos os cursos da modalidade presencial, ofertada pelo Instituto Universidade Virtual. Apresenta como objetivo integrar os conteúdos teóricos às atividades práticas da docência com o desenvolvimento interdisciplinar de planejamentos e materiais educacionais integrados às TDICs. Trata-se, portanto, de uma iniciativa para que licenciandos e bacharelados tenham a oportunidade de iniciar estudos e reflexões sobre o uso das tecnologias digitais em sala de aula.

Ofertada semestralmente, com 64 horas/aula, os encontros presenciais, acontecem em laboratório informatizado com equipamentos subsidiados pela CAPES. Os encontros a distância ocorrem por meio de um grupo fechado na rede social *Facebook* que recebe o mesmo nome da disciplina: Tecnodocência. Em se tratando de uma disciplina que discute o uso das TDICs na docência, fazendo uso de recursos digitais na presencialidade orgânica ou digital, torna-se um espaço profícuo para o

estudo que se apresenta. Sendo assim, o objetivo da pesquisa é analisar como o espaço digital criado em rede social na disciplina Tecnocência pode ser utilizado por alunos e professores para o exercício da cidadania vinculada à organicidade dos sujeitos.

### **Cidadania Digital na perspectiva do Biopoder**

Uma das definições clássicas de cidadania foi aquela proposta por Marshall (1967, p. 76) que a considera como “um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem *status* são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao *status*”. Diante desse aspecto, é importante salientar que na cidadania orgânica, aquela que é exercida em espaços geográficos e físicos concretos, considera-se a mudança do sentido de *status* utilizado nos séculos anteriores à renascença como sendo uma herança de classe. Considera-se como a titularidade dos direitos, passível de ser transformada mediante às forças sociais e às relações estabelecidas entre os sujeitos e instituições. Essa titulação dos direitos é subdividida da seguinte forma: direitos civis, direitos políticos e direitos sociais que, de acordo com Marshall (1967), desenvolveram-se, respectivamente, durante os séculos XVIII, XIX e XX.

Assim, é importante considerar que o *status* de cidadão, tradicional, supõe uma relação bastante próxima com o Estado, uma vez que a designação de cidadão será atribuída a partir de valores inventados pelo próprio órgão governamental. Será na relação com o Estado que o cidadão irá se materializar, ainda que, a garantia de suas relações individuais não significa o estabelecimento de direitos e deveres para esse indivíduo, ou seja, na simples postulação daquilo que o indivíduo pode e deve fazer. A qualidade das interações recíprocas dos cidadãos entre si e dos cidadãos com o Estado serão os mantenedores desse *status* de cidadão. As relações sociais apresentam-se como mediação entre os polos necessários à realização da cidadania. Inventar o cidadão requer, portanto, um dinamismo, requer participações e inter-relações com o grupo social, maximizando ou não os interesses desse novo grupo de sujeitos.

Essa perspectiva de cidadão e de cidadania é importada para o espaço digital. Contudo, as relações estabelecidas nesses *loci* não orgânicos dificultam ou impedem que se estabeleça o reconhecimento concreto do indivíduo quando se pauta a construção desse sujeito nos valores e percepções do mundo concreto. As máscaras das subjetividades dos sujeitos, que eram aprisionadas pela percepção concreta, não exercem mais a mesma potência de poder. Essas subjetividades passam a construir indivíduos reais e não concretos. As subjetividades, antes deixadas em segundo plano, passam a inventar o novo sujeito cibernético digital.

Contudo, uma das noções de cidadania é configurada na perspectiva dos gregos antigos, indicando o sentido de o sujeito pertencer a uma comunidade definida. Aristóteles (1991), em sua Política, vai destacar que os seres humanos serão aqueles que vivem bem e juntos, que por meio da palavra (*logos*) podem se comunicar ao cidadão, vivendo em comunidade; serão aqueles que “se alimentam com o mesmo pão e se aquecem com o mesmo fogo”. Na compreensão deste filósofo, não basta ser um sujeito para ter direito à palavra, pois alguns sujeitos são considerados *alogoi* (não portadores do *logos*); e o *logos* é reservado aos cidadãos. A cidadania não está reservada a todos, mas somente àqueles que têm condições de levar uma vida livre. Na contemporaneidade, percebe-se que esta lógica, implícita nas relações sociais, ainda continua acontecendo e muitos sujeitos, cidadãos eleitores, não têm voz na sociedade como ela se constitui.

Nesse sentido, a liberdade tendente à anarquia, característica da internet e de muitos de seus “cidadãos” comuns, estaria se inventando como um espaço que pode, potencialmente, promover o exercício extremo da liberdade, provocando a reação dos disciplinadores que não conseguem, em razão, por exemplo, das subjetividades e do imaginário depositado nesse espaço, reconhecer ou praticar o controle e disciplinamento destes sujeitos que nem ao menos são absolutamente concretos, mas potencialmente reais, já que atuam sobre objetividades e subjetividades e, por isso, em um cotidiano orgânico.

Foucault (1997), nos meados dos anos setenta, disserta sobre um tipo de poder social que atua sobre a vida, sobre as populações denominado de biopoder. Esse poder se traduz na ação das instituições sobre os indivíduos, sobre os corpos de uma forma maximizada, deixando de atuar sobre um sujeito ou sobre um corpo, passando a influenciar as populações e os grupos sociais. O exercício do biopoder está vinculado à capacidade de vigia dos sujeitos por parte dos disciplinadores e das instituições. Essa prática de exercício do biopoder é bastante complexa em um espaço de sujeitos não orgânicos e destituídos de um corpo como o sistema de disciplinamento tem em sua compreensão. Só existe uma relação entre corpos orgânicos e digitais que se relacionam com outros corpos digitais e orgânicos em que as verdades podem não passar de uma narrativa imaginária. Esse é um novo, ou o mesmo, cidadão emergente.

A cidadania, numa perspectiva inspirada em Foucault (2004), pode ser compreendida como uma ferramenta de disciplinamento dos corpos, pois o sujeito estará preso, ou tendencialmente aprisionado por poderes que irão impor limitações, proibições ou obrigações que perpassam o corpo social, avaliando as condutas. Por outro lado, a cidadania digital não oferece este corpo social orgânico e dessa forma as limitações só acontecem em relação às condutas e muito menos em relação ao *corpus* de fato.

A docilidade necessária ao exercício do biopoder se encontra enfraquecida em razão da não delimitação dos corpos sociais digitais e daí a ação de disciplinamento e controle se encontra frente a uma resistência mais intensa, caracterizando um dos motivos pelos quais os representantes do biopoder e da governamentalidade se manifestam procurando reestabelecer o controle sobre os sujeitos a partir de éticas e morais inventadas para conter as subjetividades subversivas manifestas.

Essa perda de poder das técnicas de controle disciplinar como a coerção dos corpos e dos pensamentos, o controle do tempo e do movimento lançados sobre os processos de atividades que deveriam modelar os corpos perde sua força de modelagem das atitudes, gestos e comportamentos.

O cidadão digital, potencialmente, mais subversivo que o cidadão orgânico vai usar as máscaras sociais que desejar, vai administrar suas ações digitais mais liberto de amarras e, por isso, tem a oportunidade de ser aquilo que gostaria de ser em suas subjetividades, por vezes menos “civilizados” e mais selvagens do que a governamentalidade esperaria de seus cidadãos aprisionados em “liberdade” aparente.

Assim como ocorreu com a construção da loucura baseada em uma relação de dominação, procura-se classificar os sujeitos cidadãos manifestos nos espaços digitais como incoerentes, promíscuos, destituídos de confiança, pautados em relações não verdadeiras, como se esses adjetivos fossem uma abominação corrupta que só se manifesta pela não submissão às regras sociais e aos comportamentos organicamente observáveis. O cidadão digital passa a ser estigmatizado pelas expectativas de controle não correspondidas.

O cidadão digital é, nesse sentido, um corpo/sujeito em que a relação *práxis* e domínio se estabelece de outra forma, com maior possibilidade de resistência às estruturas de domínio, de inspeção e de identificação do sujeito subversivo tornando-o, potencialmente, nessa perspectiva, um sujeito mais liberto de disciplinamento e controle e das limitações impostas pela sociedade.

O cidadão digital, potencialmente, tem a possibilidade de resistir às estruturas de poder, principalmente quando se manifesta em espaços onde o controle das instituições tende a ser enfraquecido, promovendo outras formas de relacionamento social, como por exemplo, os comportamentos abominados pelas estruturas de poder que envolvem as trocas que ocorrem nas redes sociais e que são classificadas como perda da humanidade, como fuga da “realidade”, como isolamento e outras características que fazem compreender aqueles como cidadãos doentes. Aquilo que mantém operante as estruturas de poder parecem não alcançar esse cidadão digital em sua totalidade, distanciando-o das formas tradicionais e controladas de relações estabelecidas na

sociedade orgânica.

Pode-se considerar a plenitude de sujeito expresso por Nietzsche (2009, p. 36):

Um quantum de força equivale a um mesmo quantum de impulso, vontade, atividade – melhor, nada mais é senão este mesmo impulso, este mesmo querer e atuar, e apenas sob a sedução da linguagem (e dos erros fundamentais da razão que nela se petrificaram), a qual entende ou mal-entende que todo atuar é determinado por um atuante, um “sujeito”, é que pode parecer diferente. “Mas não existe um tal substrato; não existe “ser” por trás do fazer, do atuar, do devir; “o agente” é uma ficção acrescentada à ação - a ação é tudo.

O cidadão digital é esse cidadão em potência, isto significa que esse sujeito não orgânico está imbricado no sujeito orgânico e que pode ou não se permitir modelar pelas forças orgânicas. Traduz-se, ele mesmo, em potência, como um potencial cidadão que encerra uma liberdade da vontade que pode ser transformada em ato e não submetido às forças deterministas, em algumas de suas manifestações. O cidadão digital é essencialmente subjetivo e é com esse cidadão que se depara em atividades no espaço virtual.

## **Metodologia**

A pesquisa de caráter qualitativo utiliza como metodologia o Estudo de Caso. Essa escolha se justifica pelo fato de investigar um fenômeno contemporâneo, considerando-se o contexto real de estudantes da Universidade Federal do Ceará; de considerar a não exigência de controle sobre os eventos comportamentais, valorizando a expressão espontânea do pensamento dos sujeitos investigados; e de utilizar fontes de evidências diretas na compreensão dos fenômenos estudados (YIN, 2010).

A unidade de análise da pesquisa é composta por vinte e sete (27) estudantes, sendo dezenove (19) alunos de Licenciatura e oito (8) alunos do Bacharelado em Sistemas e Mídias Digitais, dois (2) professores e um (1) bolsista participantes da disciplina Tecnodocência (64 horas/aula) ofertada no primeiro semestre de 2019, ocorrida no Laboratório de Tecnodocência, totalizando trinta (30) sujeitos.

O grupo de alunos é composto por dez (10) mulheres e dezessete (17) homens. A faixa etária média é de vinte e quatro (24) anos. Dois (2) integrantes estão cursando os primeiros semestres de seus respectivos cursos, cinco (5) integrantes estão nos semestres intermediários e vinte (20), estão cursando os últimos semestres. Todos eles utilizam computador e internet. Vinte e cinco (25) preferem utilizar em casa; os demais, utilizam na universidade ou no trabalho. Todos os alunos, sem exceção, utilizam todos os dias. Navegam principalmente pelas redes sociais, por espaços que contribuem com informações para trabalhos acadêmicos e em busca de informações sobre profissão e trabalho.

A disciplina Tecnodocência tem como objetivo formar estudantes que queiram atuar como docentes diante da utilização de uma proposta metodológica interdisciplinar integrada às TDICs pautada no estudo teórico-prático da Teoria da Aprendizagem Significativa de Ausubel (AUSUBEL; NOVAK; HANESIAN, 1980), da Teoria de Fluxo de Czikszenmihalyi (1990), da Filosofia da Diferença com enfoque em Foucault (1997) e do Construcionismo de Papert (2008). Possibilita a valorização e a utilização dos conhecimentos prévios dos participantes, a construção do engajamento e do significado do conceito de docência e o desenvolvimento do pensamento crítico-reflexivo sobre a ação da prática docente integrada às tecnologias digitais. É uma disciplina amplamente transversal no sentido de atender a uma demanda da própria universidade em relação à promoção de reflexões e

estudos sobre o uso das tecnologias digitais nos cursos de Licenciatura e de Bacharelado que têm interesse na docência. Atualmente, é ofertada pelo Instituto Universidade Virtual como disciplina optativa para todos os cursos de Licenciatura da Universidade e para o curso de Bacharelado em Sistemas e Mídias Digitais.

O grupo fechado Tecnodocência foi criado no *Facebook* no início de 2015, principalmente para o compartilhamento de arquivos e informações sobre a disciplina. Com a inserção dos alunos dos semestres subsequentes, os alunos no semestre anterior não foram excluídos do grupo. É importante ressaltar que a disciplina conta com dois (2) professores doutores na área da Educação com especializações e trabalhos desenvolvidos na área de Tecnologia Digital da Informação e Comunicação que trabalham em parceria e de forma interdisciplinar. Conta também com um (1) bolsista de curso de Licenciatura que atua na disciplina vinculados ao Projeto de Iniciação Científica coordenado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

A pesquisa está concebida em três (3) etapas: investigação sobre os elementos de cidadania digital expressos no grupo do *Facebook* vinculadas ao contexto da disciplina, ao contexto social e ao referencial bibliográfico. Na primeira e na segunda etapas, os textos vinculados no grupo do *Facebook* são coletados e organizados em tabela evidenciando-se as ações de cidadania digital, quem realizou a ação e quando a realizou. Na terceira etapa, as ações de cidadania digital são coletadas dos referenciais teóricos para que sejam comparadas às ações coletadas na primeira e na segunda etapas da pesquisa em busca de diferenças e similaridades de forma interpretativa.

Os instrumentos de coleta de dados são, portanto, o relatório extraído do grupo do *Facebook* e o relatório com os dados coletados do referencial teórico. De acordo com as orientações de Yin (2010) são utilizados dois (2) protocolos de coleta de dados que consideram os seguintes aspectos: apresentação dos objetivos gerais do projeto de pesquisa, dos objetivos específicos da coleta, da descrição das atividades desenvolvidas, de questões necessárias para nortear o trabalho no momento da execução das atividades e um guia para a elaboração do relatório do Estudo de Caso.

A análise de dados ocorre pela leitura interpretativa dos discursos evidenciados nos textos do grupo do *Facebook* e do referencial teórico, bem como suas inter-relações. Para isto, é utilizada uma triangulação metodológica, favorecendo a comparação das informações em diferentes instrumentos da pesquisa, a fim de verificar as convergências e divergências das informações (STAKE, 2010). A análise de dados se subdivide em dois (2) momentos: compreensão do uso do espaço digital para o compartilhamento de informações com características de cidadania; compreensão do uso do espaço digital para o desenvolvimento de discussões sobre cidadania.

## **Resultados e Discussão**

Todos os aspectos relatados neste trabalho foram abordados nas discussões dentro do grupo fechado do *Facebook*. É importante ressaltar, no entanto, que o grupo virtual coexistiu junto à presencialidade concreta e orgânica da disciplina durante todo o primeiro semestre letivo de 2019.

### **Elementos de cidadania digital sobre a disciplina Tecnodocência**

Em relação à disciplina Tecnodocência, a estratégia didático-metodológica permitiu a utilização do grupo do *Facebook* como um local de constante comunicação. Tal possibilidade expressa por Smith (2002) e Veiga (2002) se consolida no espaço virtual digital que potencializou as comunicações entre os pares, permitindo a informação circular ainda que em termos de presencialidade orgânica existissem limitações políticas concretas. A territorialidade não chegou a impedir a comunicação e a troca de informações sobre os temas tratados.

Mensagens eram enviadas pelos professores com antecedência, de um a dois dias antes do início da



aula às 5as. feiras com uma prévia do que seria trabalhado presencialmente, e com o compartilhamento de arquivos que poderiam auxiliar os alunos com uma leitura antecipada dos conteúdos: *“Olá pessoal. Na próxima aula trataremos de Políticas e Ideologias nas instituições de ensino. Envio em anexo os slides. APRESENTAÇÃO POLÍTICAS IDEOLOGIAS.pptx.”* (Professor 1, 20/03/2019).

Durante o período de aula presencial, o grupo também era utilizado pelos professores, uma vez que trabalhavam em dupla. Enquanto um professor atendia à turma em sua presencialidade orgânica, o outro enviava mensagens para o grupo virtual sincronamente, apresentando um resumo das discussões, as palavras-chave utilizadas pelos alunos nos diálogos na hora da aula, fotos da turma, *links* que poderiam ser visitados para ampliar os conhecimentos, *links* de outros vídeos além dos que foram utilizados em sala de aula: *“Já já vamos ver, a partir das palavras que vocês perceberam nos vídeos legendados que mostramos aquelas que conseguiremos estabelecer conexões com alguns CONCEITOS ACADÊMICOS DE INTERDISCIPLINARIDADE.”* (Professor 2, 07/03/2019).

Considerando-se a perspectiva de Schnapper (1998) sobre a necessária contemporização do conceito de cidadania; de Poster (2004) dissertando sobre a densidade crescente da miscigenação transcultural e transnacional em razão das TDICs diante da caracterização de uma nova fonte de registros culturais que afetam diretamente o sujeito orgânico; de Marshall (1967) categorizando a cidadania como um *status* vinculado a uma comunidade e, por isso, transformando suas compreensões de mundo, é que se percebe a cidadania digital como concreta, real e interferente para se usar termos adjetivos conhecidos da manifestação orgânica da sociedade: *“1º enquete sobre a festinha de encerramento. Tomei à frente da enquete porque quero comer salgadinho, então, respondam. Aluno 2 temos visitas. Se vai participar, fique logo sabendo que vai ter que dar dinheiros ? obg de nada.”* (Aluno 1, 06/06/2019).

Após a finalização das aulas, os professores encaminhavam *feedback* avaliativo para os alunos em relação às produções realizadas em aula, devido a seu caráter integrativo entre teoria e prática, além de compartilhar os *slides* utilizados, arquivos com notas das atividades propostas: *“PLANIHA DE NOTAS. Olá pessoal. Seguem as notas de vocês conquistadas com as duas últimas atividades. Qualquer dúvida ou problema é só nos comunicar. Tecnodocência e CeE 2019.1 - Notas Parciais.pdf.”* (Professor 1, 01/04/2019).

Com essa possibilidade metodológica de ação do professor, os alunos também se integraram participando com questionamentos, dúvidas, comunicação sobre as tarefas cumpridas, compartilhamento dos trabalhos solicitados em diferentes formatos: imagem, documentos, slides e vídeos: *“Oi Aluno 1. Como é que a gente faz para entrar no material de vocês sem ter conta no Instagram?”* (Professor 1, 01/05/2019). *“Professor 1 o link não tá abrindo normalmente no navegador? Porque acho que dá [...] as postagens abrem normalmente sem conta. Só os stories que não, mas são basicamente a mesma coisa dos posts.”* (Aluno 3, 01/05/2019).

Como se percebe, a manifestação digital do sujeito orgânico, aluno ou professor nesse contexto, satisfazem a definição de cidadão de Aristóteles (1991) que data de mais de 2 milênios passados. Existe um tipo de comunidade construída, sem as mesmas regras ou expectativas das comunidades orgânicas e que garantem um espaço de comunicação entre os sujeitos. O direito à palavra está potencialmente garantido, inclusive o direito de não ouvir.

Em determinados momentos da disciplina, a discussão a distância foi obrigatória, com envio de arquivos compartilhados e comentários sobre os trabalhos desenvolvidos mediante critérios explícitos de avaliação: *“AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA AULA DO GRUPO 1. Pontos positivos: - Uso do áudio e do soundcloud fazendo com que a gente gravasse nossa opinião e enviasse no podcast. - De forma geral foi bem legal. - A apresentação foi animada e os integrantes do grupo foram bastante enérgicos na apresentação. A explicação de alguns pontos de forma isolada foi interessante. - Muito bom, muito criativo e muita interação com a turma. O MADE foi de fácil*

*aplicação e sem muitas complicações. Pontos negativos: - Aula muito expositiva de conteúdo que não necessariamente estavam conectadas, com utilização e linguagem bem específica de cada área do conhecimento. - Alguns temas estavam mais em evidências do que outros. - Não vimos integração entre as áreas do conhecimento. A atividade foi bastante confusa, assim como a utilização do podcast. Foram pedidas muitas tarefas para um tempo muito curto. O uso dos recursos não tinha um propósito claro.” (Bolsista 1, 03/06/2019).*

A perspectiva proposta por Schnapper (1998) em que, mesmo com relações de poder estabelecidas a partir de extremos, docente e discente, estabeleceram conexões mais horizontais, o que possibilitou a manifestação dos estudantes e a expressão de seus questionamentos e ideias com o grupo todo, uma vez que as mensagens estavam disponíveis a todos os sujeitos participantes.

Essa característica de mensagens dispostas nas redes digitais, onde se pode disseminar uma informação para todo o grupo com uma comunicação predominantemente aberta é uma característica complexa na integração orgânica. Esse tipo de biopoder que Foucault (1997) apresenta, é construído e pode ser utilizado como uma forma de oferecer influências de disciplinamento e controle para grupos coletivos ou de ser subvertido em um espaço de resistência de grande amplitude em razão de seu potencial comunicacional.

O grupo também foi utilizado por professores e bolsistas para comunicação informativa a respeito dos acontecimentos da disciplina dentro do contexto da Universidade. Sendo assim, foi divulgado no grupo a criação da *fanpage* da disciplina Tecnodocência, o número de faltas de cada aluno e sua situação dentro da disciplina, o cancelamento de aulas devido aos feriados e datas comemorativas e os prazos de cumprimento das atividades: *“DESENVOLVIMENTO DOS MADEs. Olá pessoal. Amanhã, 25/04, será nossa aula para Desenvolver e Entregar os MADEs. Vocês já prepararam os elementos que vão compor os MADEs de vocês? Lembra que avisei para trazerem algo pronto para comporem na aula de amanhã, certo? Lembrando também que essa atividade é pontuada (2,0 pontos) e ao final vocês vão ter que responder um questionário pós-MADE. OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: Apesar de os alunos do SMD estarem participando do Media Week não poderei suspender as aulas. Todos os alunos do SMD não terão faltas, mesmo que não venham à aula, mas se puderem vir será ótimo para ajudar os grupos no desenvolvimento dos MADEs, nem que seja por um período curto de tempo. Vocês NÃO SERÃO PREJUDICADOS, podem confiar. Abraço. Até lá!”* (Professor 1, 24/04/2019).

O que se percebe é que o cidadão digital não está aprisionado, territorializado em um espaço circunscrito orgânico. Nas manifestações do aspecto digital do sujeito, muitas das características que definem a cidadania, segundo autores seminais do tema, estão presentes; outras não, como acontece com o sujeito orgânico. O compartilhamento digital de informações, tratadas organicamente em sala de aula, garante outra forma de veiculação da informação, outro momento de encontro com a informação, que pode ou não ser utilizado em outros espaços, sejam estes digitais ou não.

O sujeito, suas racionalidades e subjetividades, podem transcender as amarras dos corpos, as limitações e proibições sugeridas pelas ideias de Foucault (2004) sobre condutas. O aprisionamento da manifestação digital dos corpos é bem mais complexo para o exercício do biopoder, pelo menos até este momento histórico.

### **Elementos de cidadania digital sobre assuntos sociais**

O grupo no *Facebook* da Tecnodocência possibilitou espaços para divulgação de informações de alunos, ex-alunos, bolsistas e professores que não estivessem necessariamente vinculadas aos conteúdos da disciplina. Procurando-se dar materialidade virtual à perspectiva de definição de cidadania proposta por Marshall (1967) garantiu-se a integralidade da comunidade. Essa abertura auxiliou no compartilhamento de informações relativas a notícias a respeito da interferência das tecnologias em nosso cotidiano: *“EXAME: O uso do celular está mudando o formato do crânio*

humano.

<https://exame.abril.com.br/ciencia/o-uso-do-celular-esta-mudando-o-formato-do-cranio-humano/>.” (Professor 1, 22/06/2019, 8h55).

Por outro lado, abriu espaço para troca de mensagens amistosas entre os ex-alunos, bem como promessas de visitas ao laboratório que realmente se concretizaram no momento das experiências de prática docente dos alunos: “*Olger dia vou como ouvinte ^^*.” (Ex-aluno 1, 7/6/2019, 14h52”).

Em relação aos assuntos diversos, encontram-se os elementos mais explícitos de exercício da cidadania digital. Estes foram os aspectos compartilhados mais por alunos e bolsistas do que pelos professores. As ações realizadas também foram meramente informativas com compartilhamento principalmente de *links*, não gerando discussões nem reflexões explícitas entre os participantes do grupo. As únicas manifestações apresentadas pelos sujeitos eram as visualizações e as “curtidas”. A cidadania inventou e subverteu um espaço, através das redes sociais, não pertencentes à instituição para garantir de alguma forma seus direitos.

O que se observa é a proposta de Poster (2002) sobre a compreensão desse novo registro de cidadão, desse sujeito remodelado por relações não orgânicas, caracterizando a integração de uma manifestação digital das intenções às manifestas intenções orgânicas. Observa-se aqui que as relações de vizinhança territorial analisada por Veiga (2002) são evidentemente ampliadas e aumentadas em sua escala de influência, bem como de tempo, já que uma informação digital pode, potencialmente, ser acessada por outras gerações. Dentre os temas abordados, evidenciaram-se os educacionais, vinculados a videoaulas do ENEM, a premiações e notícias sobre Educação, aos Encontros Universitários e a editais de Bolsas de Extensão: “*CHAMADA PARA CANDIDATURA A BOLSA PREX - GRUPO DE ESTUDOS EM TECNODOCÊNCIA. PREX GET Edital de Seleção de Bolsista 2019.pdf. PDF*”. (Professor 2, 08/03/2019, 14h43”).

Os temas sociais, vinculados a acontecimentos extracurriculares como festa de encerramento do semestre, informações sobre achados e perdidos também foram explicitados pelos participantes do grupo: “*Posso levar 3 litros de refrigerante.*” (Bolsista 1, 14/06/2019, 17h05); “*Vou levar 1 cento de salgado*” (Aluno 12, 14/06/2019, 17h06); “*Entrei junto com as meninas e os meninos no kit.*” (Aluno 17, 14/06/2019, 17h07).

A tendência de disciplinamento, de aprisionamento a uma situação em que o cidadão aluno, teria que se submeter, de um descaso com suas necessidades pode ser contornada através de uma resistência realizada a partir de espaços virtuais digitais. Se Foucault (2004) salienta sobre o aprisionamento dos sujeitos a condutas esperadas pelo corpo social dominante, o que se percebe foi a subversão dessa manipulação e a garantia de exercício de uma cidadania virtual. Configurou-se um espaço de negação e de resistência às limitações, proibições e obrigações impostas por grupos de poder instituídos, de docentes e da instituição sobre os discentes.

Mas por que não houve um processo de discussão sobre os temas que ocorriam fora da disciplina Tecnodocência? Se houve abertura de espaço por que não houve o desenvolvimento de discussões sobre temas tão importantes do ponto de vista social?

Para Smith (2002), a revolução da informação possibilita outra relação com os dispositivos de comunicação, de controle e de disciplinamento. Contudo, o dispositivo educacional, sublinhado por Foucault (2004), faz lembrar que o aluno que conquista o espaço universitário vem de pelo menos 12 anos de submissão a esses mecanismos. Nas escolas, os alunos são manipulados a competir, a não se comunicar, a se uniformizar, a manter seus corpos aprisionados.

Veiga (2002) lembra das territorializações e, por isso, dos controles de espaços e de exercícios de poder e disciplinamento que modelam comportamentos, pensamentos e subjetividades. Esse é o aluno que chega à universidade. Disciplinas que seguem as mesmas lógicas das escolas, compartilhando os mesmos mecanismos, demonstraram ainda não ter a força de resistência

necessária para quebrar estas amarras instituídas historicamente. É preciso tempo para a desconstrução dos modelos comportamentais consolidados por anos a fio. O aluno esperava a manifestação dos professores, a orientação dos “mestres”, os medos de desviarem dos temas que foram eleitos como vinculados à aula e outras formas de exercício do biopoder.

### **Considerações Finais**

Entendendo que as categorizações de qualidade sobre as ações de ensino, pesquisa e extensão na Universidade são expressões de manutenção de uma forma tradicional de disciplinamento e controle dos sujeitos o que gera uma ação, ainda pouco expressiva do uso das TDICs na educação, este trabalho evidenciou o potencial destes espaços na formação da cidadania, ainda dividida entre uma categorização virtual ou orgânica.

As redes digitais, parte integrante da cidadania contemporânea, são espaços classificados como perigosos, subversivos, anárquicos e dissimulados. Todas estas qualidades são distorcidas em razão de não oferecerem maior facilidade à modelagem de comportamentos. No entanto, são espaços de manifestação, de expressão com maior potencial de resistência e de compartilhamento em razão de sua extensão não territorializada. A forma como alunos e professores fazem uso dos artefatos tecnológicos da grande rede ainda está em processo de descoberta pelos próprios usuários e, dessa forma, não são explorados em suas maiores potencialidades.

Contudo, o que se percebeu foi a resistência à imposição de políticas de dominantes em relação a dominados, uma resistência que pode se estabelecer por uma maioria ou minoria, um espaço de expressão da cidadania e de enfrentamento das imposições, sejam elas deflagradas no espaço social por minorias dominantes ou por maiorias opressoras. Os discentes e docentes garantiram suas possibilidades de comunicação, de trocas e de organização em razão de exercitarem minimamente sua cidadania dentro do espaço virtual.

A partir de então, apresenta-se a necessidade de se expandir conceitos, definições e práticas da própria concepção de humanidade e de cidadania. Não se trata de um outro sujeito, de um outro ser, mas do mesmo sujeito e ser humano expressos dentro de outros espaços.

Reconhecendo-se as limitações da presente pesquisa, devido ao fato de contemplar um número seletivo de participantes, impossibilitando generalizações, pretende-se dar continuidade a essa investigação com alunos que frequentam a disciplina Tecnocência que fazem uso não só do espaço do grupo do *Facebook* da disciplina, mas outros espaços virtuais disponíveis e abertos à concretização da cidadania digital.

- ARISTÓTELES. **A política**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- AUSUBEL, D. P, NOVAK, J. D., & HANESIAN, H. **Psicologia Educacional**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.
- CZIKSZENTMIHALYI, M. **Flow: the psychology of optimal experience**. New York: Harper Perennial, 1990.
- FOUCAULT, M. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- NIETZSCHE, F. W. **Genealogia da moral: uma polêmica**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- PAPERT, S. **A Máquina das Crianças: repensando a escola na era da informática**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- POSTER, M. Cidadãos, mídias digitais e globalização. In: CONGRESSO A CULTURA DAS REDES ICNC, 2., 2002, Lisboa. **Actas do Congresso A Cultura das Redes ICNC**, Lisboa: Relógio d'Água, 2002, p. 21-34
- SCHNAPPER, D. Os limites da expressão 'empresa cidadã'. In: MORIN, E.; PRIGOGINE, I. (Orgs.). **A Sociedade em Busca de Valores: Para Fugir à Alternativa entre o Cepticismo e o Dogmatismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998, p. 91-100.
- SMITH, G. Governação na ausência de governos. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL 2001 AAVV CIDADANIA E NOVOS PODERES NUMA SOCIEDADE GLOBAL, 10., 2002, Lisboa. **Anais...** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Dom Quixote, 2002, p. 39-50.
- STAKE, R. E. **Investigación com estúdio de casos**. Madrid: Morata, 1998.
- TELES, G.; Soares, D. M. R.; SENA, T. B. Q. L.; LIMA, L. de; LOUREIRO, R. C. Docência e Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação: Matrizes Curriculares das Licenciaturas. In: CONGRESSO SOBRE TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO, 3. **Anais do III Congresso sobre Tecnologias na Educação**, Fortaleza, 2016, p. 57-67.
- VEIGA, L. (2002). Democracia e Educação para a Cidadania. In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, 2., 2002, Lisboa. **Anais...** Lisboa: Unidade de Investigação Educação e Desenvolvimento, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, 2002. p. 439-447.
- YIN, R. K. (2005). **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman.

Luciana de Lima

Doutora, Grupo de Pesquisa Tecnociência, Instituto Universidade Virtual, Universidade Federal do Ceará, luciana@virtual.ufc.br

Robson Carlos Loureiro

Doutor, Grupo de Pesquisa Tecnociência, Instituto Universidade Virtual, Universidade Federal do Ceará, robson@virtual.ufc.br